Nº 266

IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

O AMOR POR PRINCÍPIO, E A ORDEM POR BASE:
O PROGRESSO POR FIM

Viver para outrem. *Viver às claras.*

Ainda em defesa da política republicana atraiçoada pela higiene oficial

A criminosa teimosia da higiene oficial, em face do patente desmentido que os fatos estão continuamente trazendo a promessas que são, não só a negação de toda a seriedade de todo o critério científico, como um inconcebível desafio ao sentimento de humanidade e ao bom senso, obrigam-nos a dirigir mais este apelo ao civismo e à razão das classes dominantes, especialmente do Governo.

Nesse intuito, começaremos por chamar, mais uma vez, a atenção para o verdadeiro caráter da situação moderna, quer sob o aspecto temporal, quer sob o aspecto espiritual ou teórico. Porque, sem tal apreciação, não é possível bem ajuizar dos fundamentos da política republicana, isto é, da política moderna, conforme ela resulta da secular evolução da Humanidade. Se é verdade que semelhante exame exigiu o gênio profundo de Augusto Comte para ser efetuado, não é menos incontestável que, agora que está o exame se acha executado, o simples bom senso basta para constatar a sua realidade.

Assim, sob o aspecto prático, ninguém pode hoje desconhecer o predomínio da atividade industrial sobre a atividade militar, que foi peculiar à Antiguidade. Esse predomínio não se caracteriza simplesmente pelos prodigiosos desenvolvimentos da ação da Humanidade sobre o seu planeta, graças ao aproveitamento de todas as grandes forças físicas. Basta, a este propósito lembrar que, em virtude dessa atividade industrial, o mais humilde dos cidadãos pode comunicar-se hoje com os entes que lhe são mais caros, em qualquer parte da Terra em que estes se achem. Por outro lado, essa mesma atividade industrial proporciona atualmente, ao menos favorecido dos cidadãos, a participação do tesouro científico e estético da Humanidade, inclusive as artes plásticas, sem outros limites se não a cultura moral e mental a que cada um haja atingido.

De sorte que, se, de fato, a ciência e a poesia não se acham ainda vulgarizadas, não é por insuficiência dos recursos industriais de vulgarização, e sim pela deficiência da preparação do próprio homem.

Seria, porém, julgar muito superficialmente do predomínio da atividade industrial nos tempos modernos o limitar-se a esta vista de olhos sobre as conquistas das forças cósmicas

para o serviço físico, mental, e moral da Humanidade. Por que todo esse maravilhoso espetáculo constitui apenas o resultado da transformação radical consumada na própria natureza humana. Com efeito, o ascendente da atividade industrial significa o esgotamento popular de todas as tendências guerreiras, graças ao desenvolvimento decisivo dos diversos pendores altruístas, e a depuração das várias propensões egoístas.

É porque o homem moderno não possui mais a voracidade, a destrutividade, o orgulho e a vaidade exaltados ao grau em que tais pendores existiam no homem antigo: é sobretudo porque o homem moderno cresceu incomparavelmente em apego, em veneração, em bondade, que o trabalho se tornou um encanto em vez de um castigo, e a guerra um horrendo sacrifício, em vez de um exercício entusiasta cheio de atrativos soberbos e vaidosos.

Foi dessa situação moral que resultou a possibilidade da concepção popular da fraternidade universal. Por que toda a lógica é, antes de tudo, lógica de sentimentos; o homem só tem as opiniões que o seu estado moral permite. Embora esse predomínio do sentimento sobre a inteligência se faça principalmente sentir nas questões políticas e morais, ele é incontestável até nos mais simples problemas físicos. E nas questões cosmológicas mais importantes, ele encerra mesmo a principal explicação do retardamento das descobertas.

Assim por exemplo, antes que Augusto Comte descobrisse, mediante o exame científico da História, esse ascendente das disposições políticas e morais sobre os raciocínios, tornou-se impossível explicar o retardamento da aceitação do movimento da Terra até o século XVII. Foi Augusto Comte quem mostrou que tal retardamento proveio de não se acharem até então esgotadas as condições sociais que exigiam o predomínio popular do espírito teológico.

Cumpre enfim, notar que essa transformação popular da natureza humana, de guerreira em industrial, foi anunciada, há muitos séculos, pelas individualidades excepcionais surgidas durante a evolução da Humanidade. De sorte que, em relação a esses tipos sublimes, que constituem os diversos reformadores religiosos ou poéticos e filosóficos, e os grandes estadistas, a situação do homem moderno não faz senão generalizá-los, mais ou menos, completamente. Para esse inestimável resultado tem contribuído, já o aperfeiçoamento popular da natureza moral do homem, já o desenvolvimento da poesia e da ciência, já o melhoramento da situação planetária.

Ora, essa transformação, quando profundamente examinada, patenteia-se como devida essencialmente à ação íntima da mulher, em cada família, agindo como mãe, como irmã, como esposa, como filha, e mesmo como escrava ou criada.

Tal é o fundo da nossa sociedade moderna, temporalmente considerada. Sobre esse fundo industrial e pacífico é que se destacam os destroços temporais do regime teológico-militar antigo, a saber, as dinastias, as aristocracias, os militares e os juristas. Mas esses destroços mesmos sofrem, mais ou menos conscientemente, a influência da situação geral. De sorte que só os indivíduos mais grosseiros desses destroços contrariam a evolução social que vai eliminando as classes respectivas. Por um feliz contraste com esses indivíduos deploráveis, os caracteres radicalmente pacíficos peculiares à civilização moderna vão

encontrando frequentemente, por órgãos dos mais iminentes, representantes do regime antigo. Torna-se assim cada vez mais incontestável o grande aforismo de Augusto Comte: *o homem se agita e a Humanidade o conduz*.

Pensando nesta situação em que se pode bem avaliar quanto são criminosas e ao mesmo tempo vãs as tentativas dos políticos que se esforçam por fazer ressuscitar paixões guerreiras que uma evolução insuperável já extinguiu no coração dos povos. Surgidos no meio da ebulição revolucionária, que assinala justamente a substituição empírica da atividade industrial à atividade guerreira, esses políticos demonstram, por tal conduta, não menos as imperfeições do seu coração do que os defeitos da sua inteligência. Só a deficiência da sociabilidade lhes estreita o espírito e os faz avolumar as excepcionais manifestações do gênio guerreiro expirante, em vez de constatar o grande espetáculo da atividade industrial que inunda a Terra inteira.

Seria inútil insistir mais para patentear que a situação temporal dos povos modernos traça este programa ineludível aos estadistas atuais: dirigir pacificamente a atividade industrial, encaminhando criteriosamente a eliminação, também pacífica, das classes que constituem os os destroços da civilização guerreira peculiar ao passado. Ora, desse programa decorre logo a necessidade, política e moral, de todas as liberdades individuais e domésticas que constituem a ordem republicana. É o jogo natural das atividades industriais, mediante essas liberdades, que deve determinar a organização política adequada à situação moderna.

Vê-se, assim, quanto urge respeitar escrupulosamente tais liberdades, em vez de pretender enleiar a sociedade moderna com as cadeias da civilização antiga, obrigando os povos a revoluções para quebrá-las.

Considerando, agora, o aspecto teórico da sociedade moderna, não é menos evidente que ela se caracteriza pelo predomínio do espírito positivo ou científico sobre o espirito teológico e o espírito metafísico. Mas esse predomínio é ainda apenas apanhado pela massa geral das pessoas, letradas ou não, quanto às ciências exteriores à ordem humana, isto é, quanto à matemática, à astronomia, à física, à química e à biologia.

Se bem que a arte médica pareça basear-se no estudo científico do homem, semelhantes tudo conserva-se ainda, de fato, no simples grau *biológico*. Isto é, o homem é estudado pelos médicos, teóricos ou práticos, como os *animais*, abstraindo-se das leis da evolução coletiva da Humanidade, como se a sociologia não existisse. De sorte que os atributos superiores do homem, isto é, os atributos superiores da animalidade, desenvolvidos pela evolução social persistem completamente ignorados.

Eis por que Augusto Comte dizia que os médicos mereceriam antes o título de veterinários, se a cultura empírica não compensa se um pouco nos melhores dentre eles os vícios da instrução teórica.

O regime político dos povos modernos – mesmo dos povos já oficialmente republicanos – evidencia, aliás, que as classes dominantes, da mesma sorte que as massas

populares, ainda não apanharam que a ordem humana, quer política, quer moral, é regida por leis naturais, análogas às da astronomia, por exemplo, e desde então apenas suscetíveis de serem descobertas pelos gênios convenientemente preparados, do mesmo modo que todas as *leis naturais*.

De fato, os governos continuam a ser instituídos arbitrariamente, mediante em sua insurreições e intrigas qualificadas de política, explorando o fictício e imoral expediente do sistema eleitoral. Na realidade, esses governos, como as classes dominantes de que eles são órgãos supremos, representam a facção política que na ocasião dispõe de mais *força material*, especialmente da *força militar*.

Apenas, essa facção política se acha, como toda a massa social, essencialmente transformada, inconscientemente, pela evolução da Humanidade, que faz prevalecer, mais ou menos os sentimentos da fraternidade universal e a emancipação consequente do teologismo e mesmo da metafísica, até certo ponto.

Essa transformação moral e mental traduz se na aceitação, *em princípio*, do conjunto das liberdades individuais e domésticas que caracterizam a sociedade moderna.

Para dissipar qualquer dúvida acerca da realidade das observações precedentes, compare se o regime da anti extinta monarquia, por exemplo, como o governo efetivo atual da República. Os principais postos do governo são ocupados por antigos monarquistas, que em nada de essencial parecem ter modificado os seus sentimentos políticos e a suas opiniões políticas. Mas a própria *Constituição republicana* oferece apenas o desenvolvimento das liberdades que a *Constituição imperial* já proclamava. A analogia é tamanha que um espírito superficial seria levado a supor, com o vulgo dos governantes, que a República Brasileira é apenas a monarquia menos a dinastia de Bragança.

Devemos, enfim, observar que todas as aberrações despóticas do governo republicano não são senão a continuação e o desenvolvimento usado das aberrações do governo imperial. Isto é sobretudo incontestável quanto ao despotismo higiênico, fatal herança da monarquia, monstruosamente desenvolvida pelo Governo da República, desde o dia seguinte é o 15 de novembro de 1889. Além desse exemplo característico, limitar-nos-emos a lembrar a herança, porventura mais fatal, da política diplomática do Império.

Tudo isto mostra que as classes dominantes, especialmente o governo da República, estou longe de ter compreendido o caráter espiritual peculiar a sociedade Moderna.

Mas, se a necessidade de entender o predomínio do espírito positivo até as apreciações políticas e morais não pode ser apanhada pelas referidas classes e pelo governo, por causa de sua educação metafísica, pelo menos podem essas classes e o governo constatar a profunda diversidade das opiniões que hoje disputam as consciências.

Homens tendo dado provas de tanta ou mais instrução, de tanto ou mais civismo como os que mais instrução e mais o civismo pretendem possuir entre as classes dominantes e o governo, professam princípios científicos em oposição aos que têm por si o Tesouro nacional e as forças militares. Este é o fato enquanto estável que nenhum homem moderno, e especialmente nenhum estadista, pode desconhecer ou iludir. E esse fato impõe logo, de modo insofismável, a conduta política que convém a situação contemporânea e mesmo Futura da humanidade.

Porque, qual o homem honesto que, diante dessa diversidade de opiniões dos teoristas, pode, hoje, em consciência, pretender impor aos seus concidadãos as opiniões de sua predileção pessoal ou da predileção de seus amigos?

Depósito seja nos lícito reproduzir as considerações, sobre as quais ainda ultimamente insistimos, em nosso artigo de 16 de Dante corrente (30 de julho próximo passado). Aí dizíamos, referindo nos à separação entre o poder espiritual e o poder temporal:

"Para bem apanhar semelhante verdade, cumpre notar que a evolução secular da Humanidade vai permitindo firmar os princípios fundamentais a que devem obedecer os estadistas, para evitar os erros e as atrocidades cometidas pelos seus predecessores. Esses princípios constituem a série das liberdades individuais e domésticas que traduzem o ascendente da fraternidade universal no conjunto das relações humanas. E tais princípios encontrão as condições mais favoráveis de sua realização nas nações americanas, graças à falta aí de dinastias e de aristocracias, cuja permanência entretêm na Europa todos os destroços, teológicos, metafísicos, e guerreiros, da civilização católico-feudal."

"O alcance desta situação moral e política só pode ser convenientemente apreciado refletindo-se que ela veio emancipar o poder temporal e o público em geral *das tendências despóticas dos falsos teoristas*. De fato, a história mostra que uma das fontes mais perversas da tirania provém justamente da credulidade dos chefes temporais e do público para com os seus diversos mentores. Quantos crimes, quantas atrocidades não se têm cometido a pretexto de punir feiticeiros, endemoninhados, hereges, etc.

Pois bem, a evolução da Humanidade veio patentear que não seria jamais lícito violar a fraternidade universal, isto é, violar as liberdades individuais e domésticas, invocando uma *opinião* qualquer, por mais acreditada que esta pareça estar entre o vulgo dos teoristas. Porque a evolução da Humanidade demonstrou irrefutavelmente que a *própria unanimidade* entre os teoristas não basta para garantir que uma opinião corresponda à verdade. Isto é incontestável, não só quanto às concepções teológicas e metafísicas, mas também quanto às concepções científicas.

Como exemplo decisivo basta recordar que até o século XVIII prevaleceu no Ocidente, entre os teoristas, a opinião de que a Terra estava parada."

"À vista deste inevitável *relativismo* das opiniões, torna-se evidente que é um estrito dever dos governos manter as liberdades civis e domésticas a coberto de quaisquer ataques, sejam quais forem os pretextos. *Todas as medidas políticas que supuserem a violação dessas liberdades devem ser só por isso rejeitadas*. De outra forma, os estadistas se expõem a tornar-se os tiranos dos seus concidadãos e os joguetes de teoristas sem civísmo, sem humanidade, e sem capacidade mental."

Vê-se por aí todo o alcance da separação entre o poder espiritual e o poder temporal. Em vez de limitar-se a exigir que o Governo se separe dos diversos sacerdócios teológicos – respeitando, aliás, escrupulosamente a livre ação espiritual destes –, o mesmo princípio

prescreve que o Governo se emancipe e emancipe o publico do jugo dos metafísicos e dos cientistas quaisquer. *Tal é o fundamento especial que deve motivar, por exemplo, a abolição do despotismo higiênico, como não temos cessado de insistir.* Infelizmente, as classes dominantes da sociedade brasileira, e especialmente o Governo, não compreenderam até hoje que *a liberdade e a dignidade* do poder temporal requerem que este cesse de ser instrumento cego de teoristas despóticos, que desprezam os sentimentos da fraternidade individuais e domésticas sobre as quais repousa a ordem humana."

Lembrados assim os caracteres espirituais e temporais da sociedade moderna, decorre logo, de tal apreciação, como já notamos, a política correspondente. Como se vê, essa política funda-se na escrupulosa manutenção das liberdades individuais e domésticas. Ela repele, portanto, todas as formas de despotismo especialmente o despotismo sanitário, que tiraniza ao mesmo tempo a consciência e o corpo dos cidadãos. Só nos resta, pois, ajuntar algumas observações para acabar de patentear a urgência de abolir a tirania higiênica, o que foi o motivo especial deste artigo.

A higiene pública forma um problema cuja solução não depende do Governo, *se não nas suas condições materiais*. O Governo não pode garantir a *saúde* da população, como não pode garantir a sua *felicidade* e a sua *virtude*. Saúde, virtude, e felicidade, são questões conexas; para reconhecê lo, basta refletir na importância da sobriedade, a mais rudimentar das condições higiênicas. Aliás, o bom senso vulgar já apanhou tal conexidade.

Essa correlação evidencia logo que o problema da higiene pública está ligado ao problema da regeneração total da sociedade, mediante o ascendente de uma doutrina científica que substitua o teologismo exausto. Enquanto tal doutrina não prevalecer livremente, todos os flagelos sociais continuarão. Ora, nenhum homem tem competência para escolher uma doutrina e impô-la pela violência aos seus contemporâneos. A doutrina que cada um julga preferível, pode não ser de fato a que a situação social requer.

Reflita-se no exemplo da conduta dos imperadores romanos, opondo-se ao advento do catolicismo, e na conduta do sacerdócio católico e dos reis ocidentais opondo-se ao surto da ciência positiva.

Entretanto, o ascendente da fraternidade universal, o respeito escrupuloso pelas liberdades individuais e domésticas, teriam poupado todas as desgraças da tirania. Por que, pois, os estadistas modernos não hão de aproveitar essas terríveis lições? Por que não hão eles de reconhecer que a mais severa maldição aguarda as suas memórias, em castigo das atrocidades que estão cometendo, invocando, como seus predecessores, o suposto *bem público*? Não é claro que assim procedendo, obedecem simplesmente ao seu instinto destruidor e ao seu orgulho, em vez de atenderem aos brados do altruísmo e da razão?

O Governo só pode contribuir para a saúde pública, melhorando as *condições materiais* da cidade e da vida. É a pois para aí que o Governo tem de voltar a sua atenção; me compreende se que, para isso, o governo não carece de violar as liberdades individuais e domésticas.

Ao lado dos *melhoramentos materiais públicos*, o Governo pode proporcionar *livremente*, aos cidadãos, os elementos para facilitar o asseio das habitações. Para isso, seria bastante desenvolver o serviço municipal da limpeza particular.

Nos casos de moléstia dos cidadãos sem recursos, o dever do Governo consiste em oferecer lhes, sempre *livremente*, assistência domiciliar para os que quiserem ser tratados no seu lar, por mais miserável que esse pareça. E para os desvalidos sem lar e sem família, o Governo deve oferecer os seus hospitais, instituído em condições de dignidade e de humanidade que tais estabelecimentos estão hoje longe de satisfazer.

Mas, em qualquer hipótese, quer se trate da assistência domiciliar, quer se trate da assistência hospitalar, cumpre abolir essa ostentação sinistra de dor, que só serve para endurecer os corações e estreitar as inteligências. Não há motivo político ou moral algum que justifique os espetaculosos letreiros do material e os uniformes do pessoal inferior da higiene pública.

Quanto às *epidemias*, não merecem maior solicitude do que os casos vulgares da assistência sanitária. As epidemias são fenômenos que não comportam, e porventura não comportaram jamais, uma sistematização científica. Desenvolvidas, cada vez mais, à medida que a revolução moderna vai aumentando, desde o século XIV, a desordem política e moral, pode-se presumir que elas só desaparecerão com o restabelecimento da harmonia social.

Seja como for, só quem jamais refletiu na multiplicidade dos fatores, externos e internos, que contribuem para a vida, pode imaginar referir tais fenômenos a um certo número *preciso* de circunstâncias cósmicas ou humanas. Contemplando as lacunas das explicações científicas da astronomia planetária, é que se pode bem sentir que os fenômenos superiores jamais admitirão as explicações cortantes que a metafísica materialista médica leva a fantasiar puerilmente.

Não há Governo capaz de impedir epidemias, como não há Governo capaz de de de superá-las. Fenômenos intermitentes, por sua natureza, as epidemias tendem a cessar fatalmente no fim de certo tempo. E os governos ignorantes e ingenuamente crédulos e os higienistas metafísicos e empíricos atribuem esse fim aos seus expedientes cegos, e frequentemente tirânicos e irracionais. Entretanto, tais expedientes servirão, muitas vezes, se não sempre, para agravar as mesmas epidemias.

Esta cegueira dos Governos e dos higienistas metafísicos faz lembrar as práticas usadas entre os povos para os quais os eclipses, por exemplo, são ainda objeto de terror. Desde que o fenômeno começa, entregam-se todos a práticas que tem por fim obter a sensação dele, e, portanto, das desgraças que receiam. E quando o fenômeno termina, essa terminação é atribuída à eficácia das práticas empregadas para conjurá-lo.

Ora, é da dignidade de todo homem – governo ou não – confessar sinceramente a sua ignorância e a sua impotência, diante das condições cósmicas e humanas superiores à sua intervenção e à sua ciência. Em face de uma epidemia, o dever do Governo limita-se a oferecer os auxílios da assistência sanitária, domiciliar ou hospitalar. Respeitando mais do que nunca as liberdades individuais e domésticas, o Governo deve garantir a cada enfermo a

faculdade de tratar-se onde, como, e com quem quiser, proporcionando *livremente* apenas os meios de asseio e os mais recursos que as condições pessoais não permitirem.

Isto já mostra quanto é inadmissível o *isolamento forçado*. A cada cidadão é que compete tomar *livremente* as medidas que julgar convenientes para preservar a si e aos outros do mal. Seria impossível definir cientificamente as condições do *contágio*; e quando tais condições pudessem ser definidas, eram os sãos que deviam tomar as cautelas para evitar o mal, sem agravar a situação dos enfermos. As considerações morais devem dominar todas as relações humanas. Não basta não desamparar os doentes; é indispensável não tomar, em relação a eles, sejam quais forem os pretextos, medidas que agravam a sua situação.

Compare-se, agora, a conservação de cada enfermo no seu lar, com os cuidados da sua família e dos seus amigos por um lado, e a aglomeração dos doentes em um hospital, por outro lado, e pondere-se qual das duas situações deve *presumir-se* mais perigosa para o conjunto da população. Cumpre, de fato, não esquecer que não se trata de *previsões* científicas, mas de simples conjecturas.

Esse confronto é tanto mais sugestivo, quanto o transporte dos enfermos para os hospitais não pode operar-se sem imensos perigos *certos* para estes, e perigos presumíveis de contágio para o público.

Enfim, como justificar que se retire um doente de uma certa rua para transportar muitos doentes para um determinado bairro? Este bairro não é também habitado? Não é claro que, nesses casos de perigo geral, a moral nos prescreve em que cada um se resigne à sua sorte, em vez de procurar livrar-se piorando a situação dos seus semelhantes?

Parece-nos inútil insistir em maiores desenvolvimentos para evidenciar a urgência de abolir enfim todo o sistema do despotismo sanitário, substituindo-o por uma conduta verdadeiramente republicana. A população, isto é, o proletariado, não reclama do Governo senão que o deixe cuidar carinhosamente dos seus doentes e enterrar piedosamente os seus mortos. As atrocidades da higiene oficial estão levando à população a ocultar os seus doentes e expô-los à morte, muitas vezes, por falta de assistência médica. De sorte que as medidas higiênicas aconselhadas pelo empirismo mais criterioso não podem ser observadas. E os vizinhos, por outro lado, ficam também na impossibilidade de adotar as medidas que julgarem convenientes. Em suma, o reinado do terror produz, como sempre, agravação da situação social.

Entretanto, se o Governo cumprisse o seu dever, mantendo o regime republicano, em vez de tornar-se cego instrumento dos higienistas, que só têm o prestígio teórico e a força material que lhes vêm do apoio material do próprio Governo, a parte mesmo da burguesia que se deixa alarmar pela grita desses higienistas e de uma parte do jornalismo, voltaria facilmente aos sentimentos humanos.

Em resumo: cessem as violações do domicílio; cessem as desinfecções violentas; cesse a espetaculosa ostentação do despotismo sanitário pelas ruas; estabeleça-se o regime republicano; institua-se um digno serviço livre de assistência pública, domiciliar e hospitalar; continue-se a melhorar as condições materiais da cidade; aperfeiçoem-se o serviço municipal da limpeza pública e particular; e o Governo terá feito tudo o que em si cabe, quanto à higiene pública, mesmo no que concerne às epidemias.

Envidando mais este esforço em prol da regeneração social, mediante o melhoramento do regime republicano vigente, não nos iludimos sobre o alcance atual de nossa intervenção. De fato, estamos certos que a modificação das classes dominantes e do Governo, como do público em geral, só pode ser gradual. Saberemos, pois, continuar a trabalhar sem impaciência por um futuro que não pode faltar.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil,

R. TEIXEIRA MENDES,
Vice-Diretor

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 30.
Rio, 18 de Dante de 120 (1º de agosto de 1908).

(Publicado na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 3 de agosto de 1908)